

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA

Isabelle dos Santos

Virgílio Jean Carlos de

Lima Paula Vitória Bonfim

Ribeiro

Negritude e amor: um olhar da psicologia sob a construção dos afetos das
mulheres negras brasileiras

Belo Horizonte

2023

Isabelle dos Santos
Virgílio Jean Carlos de
Lima Paula Vitória Bonfim
Ribeiro

Negritude e amor: um olhar da psicologia sob a construção dos afetos
das mulheres negras brasileiras

Trabalho de Conclusão de curso apresentado
ao curso de Psicologia do Centro Universitário
Una do Barreiro, como requisito à obtenção do
título de bacharel em Psicologia.

Orientador: Prof MS. Túlio Picinini Teixeira

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo apresentar um estudo sobre a relação das múltiplas opressões sofridas por mulheres negras no Brasil e seus impactos na construção de afetos, destacando o racismo como atravessador dessa edificação. Sendo este - o racismo - um sistema que estrutura e impacta diretamente na formação da subjetividade dessas mulheres, contribui para sofrimentos no processo de identificação e de pertencimento social, dificultando o estabelecimento de relações interpessoais, direcionando os lugares afetivos dessas mulheres e adoecendo psiquicamente.

O estudo foi realizado através da revisão de literaturas que contemplam a temática utilizando as teorias da sociologia, psicologia social e psicanálise para fomentar a discussão sobre a construção dos afetos nas mulheres negras brasileiras. A partir da pesquisa pode-se refletir sobre a importância da Psicologia participar ativamente na luta antirracista, considerando a necessidade de se avançar nessa temática, uma vez que ela tem o potencial de co-construção de novas realidades e estudos sobre o tema.

Palavras-chave: Afetos, Mulheres Negras, Racismo, Subjetividade, Psicologia.

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo presentar un estudio sobre la relación de subjetivación de la opresión y la construcción de los afectos de las mujeres negras en Brasil, destacando el racismo como transversal de esta construcción. Siendo este - el racismo - un sistema que estructura e impacta directamente en la formación del yo de estas mujeres, contribuye al sufrimiento en el proceso de identificación y pertenencia social, dificultando el establecimiento de relaciones interpersonales, direccionando los lugares afectivos de estas mujeres y enfermándolas psíquicamente.

El estudio se realizó a través de una revisión bibliográfica que contempla el tema, utilizando las teorías de la sociología, la psicología social y el psicoanálisis para fomentar la discusión. A partir de las informaciones obtenidas, se generó una reflexión sobre la importancia de que la Psicología participe y se comprometa activamente en la lucha antirracista, considerando la necesidad de avanzar en esta dialéctica, ya que tiene el potencial de co-construcción de nuevas realidades y enriquece con prácticas y estudios sobre el tema.

Palabras clave: Afectos, Mujeres Negras, Racismo, Subjetividad, Psicología.

Abstract

This paper aims to present a study on the relationship between the subjectivization of oppression and the construction of the affections of black women in Brazil, highlighting racism as a traverse of this construction. Being this - racism - a system that structures and directly impacts the formation of the self of these women, it contributes to their suffering in the process of identification and social belonging by hindering the establishment of interpersonal relationships, directing the affective places of these women, and making them psychically ill.

The study was carried out through a literature review that contemplates the theme, using the theories of sociology, social psychology, and psychoanalysis to foster the discussion. From the information obtained, a reflection was generated about the importance of Psychology participating and being actively engaged in the anti-racist fight, considering the need to advance in this dialectic, since it has the potential to co-construction of new realities and enriches with practices and studies on the theme.

Keywords: Affections, Black Women, Racism, Subjectivity, Psychology.

Introdução

Bell Hooks (2000) cita M. Scott Peck, que conceitua o amor como “a vontade de se expandir para possibilitar o nosso próprio crescimento ou o crescimento de outra pessoa”, trazendo a ideia de que o afeto é construído a partir de uma relação dual, de projeto e ação.

Desde o período escravista, a história das mulheres negras no Brasil e os sistemas de opressões criam condições complexas e difíceis para que essas se coloquem diante desse movimento ativo de construção, excluindo-as dos afetos e dificultando a capacidade de amar.

Assim sendo, construir uma família sob laços afetivos não era uma possibilidade, uma vez que esta era e ainda é uma das maneiras de negar a elas o direito de exercer sua identidade, de sentir e serem tratadas como indivíduos, que têm seus próprios sentimentos e ambições. Hooks (2000) nos lembra que suas vidas foram reduzidas a força de trabalho, mão de obra, dominação e total servidão sem qualquer expressão pessoal. De igual modo, Ribeiro (2019) esclarece que a partir do período colonial o corpo negro é visto como violável, fácil e lascivo. As mulheres negras “carregam” estereótipos que subalternizam sua existência e as colocam em um lugar de desejo e fantasia, hipersexualizando esses corpos e justificando os abusos diversos. Esse processo é histórico, e segundo Djamila Ribeiro, desumaniza e reforça como essas mulheres não são dignas de afeição, uma vez que desde cedo crescem sendo rejeitadas e olhadas com estranheza pela sociedade.

Para justificar o tema proposto, fica explícita a importância de considerar histórica e socialmente a construção dos afetos da mulher negra. Retratando a realidade desta, o trabalho discorre sobre os impactos do racismo estrutural na construção da estima das mulheres negras, sob o olhar da sociologia, psicologia social e psicanálise.

Um dos objetivos desta pesquisa foi buscar identificar como este sistema de opressão impacta diretamente na construção da subjetividade e das vivências amorosas dessas mulheres, considerando a relação entre marginalização de pessoas pretas e a não dignidade em ocupar espaços de representatividade, como ocorre no mercado de trabalho, por exemplo, facilitando com que essas mulheres cotidianamente experienciem cenas de violências, violação de direitos e, ainda, são afastadas da construção de afetos nas relações amorosas.

Por fim, o trabalho incita o pensamento de como a psicologia pode atuar na ressignificação dos impactos gerados por esta estrutura, trazendo uma breve narrativa de como foi a história da psicologia perante esse fenômeno e como ela tem avançado com estudos e práticas que contribuam para redução desses danos na sociedade.

Neste trabalho, utiliza-se como método de pesquisa a revisão bibliográfica, coletando dados e informações de fontes como livros, artigos, banco de teses e dissertações, revistas científicas, documentos. O trabalho foi construído em quatro tópicos que discorrem sobre o período escravista e as marcas que perpetuam, ainda hoje, na construção da subjetividade e na vivência dos afetos das mulheres negras brasileiras e por fim as contribuições e avanços da psicologia frente a esse tema.

Foram realizadas buscas por publicações que contemplem a temática que está sendo abordada no trabalho a fim de mapear e discutir a cerca de produções acadêmicas produzidas desde meados do século XX, até anos mais próximos pertencentes a década vigente, assim coletando dados e informações de fontes como livros, artigos, banco de teses e dissertações, revistas científicas e documentos, buscando pelas palavras e expressões que coordenam o raciocínio central da problemática, tais como mulheres negras, afeto nas relações negras, subalternidade da mulher negra, etc. O presente texto segue as normas de submissão de artigos para publicação na revista Psicologia: Ciência e Profissão.

A partir do estudo da história dessa população, sua relação com a solidão e o não amor, o estudo conclui que é necessário considerar o racismo como o sistema de opressão que dificulta que mulheres negras construam suas identidades considerando sua negritude como algo positivo e impede que experimentem o amor de forma digna; e enfatiza a importância da psicologia na ressignificação desses impactos gerados na saúde mental dessa população, destacando, ainda, que é possível traçar caminhos para a construção de novas possibilidades para o enfrentamento dessas estruturas através de uma psicologia antirracista e presente nesta luta.

Síntese histórica das mulheres negras desde a colonização e o racismo

A mulher negra, entendida como “dotada de cor”, desde a colonização do Brasil vem sendo depreciada como indivíduo, aquele que seria cercado de necessidades biopsicossociais, com desejos e direitos. Silva (2018) traz que:

Sabemos hoje que o sistema colonial, com suas práticas de sujeição e subjetivação/objetificação, praticou violências simbólicas, psíquicas e físicas, e sua herança e consequências se perpetuam até hoje. Durante o período colonial, à população não branca, particularmente à população negra escravizada, foi-lhe negada a liberdade da expressão de suas emoções, de sua subjetividade afetiva e da oportunidade de constituir e manter laços e família. (SILVA, 2018, p.1)

Elas, então, em sua grande maioria, eram vendidas, separadas à força de suas famílias e exportadas. As classes chamadas dominantes já planejavam e construía formas de controle desses corpos, vendo-os apenas como objeto de lucratividade, coisificando-os e perpetuando um conjunto de violências. Segundo Giacomini: “A negação dos escravos enquanto seres humanos implicou necessariamente na negação de sua subjetividade, que foi violada, negada, ignorada, principalmente na relação entre eles” (2013, p.35).

De acordo com Bastide (1959) a cor traz consigo uma marca racial que tem na sua base a desigualdade, partindo da concepção que existem classes inferiores e superiores. A estrutura europeia dos colonizadores do país, junto à supremacia que esses acreditavam ter sobre povos diferentes, deixaram marcas que ainda hoje perpetuam em nossa sociedade.

Para Schucman, Nunes e Costa (2015), a construção social da raça e do racismo são os principais organizadores das desigualdades materiais e simbólicas vividas pelo povo brasileiro. As autoras apontam que essa construção atravessa os modos de subjetivação e socialização dos sujeitos tanto no espaço público, quanto no privado.

Por isso, estruturaram as vivências dos sujeitos no que tange às condições e possibilidades de trabalho, estudo, relacionamentos, liberdade, lugar onde morar e até a forma de morrer. Justamente por isso, mostra-se importante compreender os efeitos psicossociais advindos desta conjuntura social em que raça e racismo continuam a influenciar as formas de ser e estar dos sujeitos.

Certamente, a estrutura racista é palpável, viva e se materializa na existência das mulheres negras até o presente, não apenas em âmbitos públicos estruturais, mas em suas vidas privadas, como se organizam em suas vidas sociais, financeira, amorosa e maternalmente, dentre as suas outras relações e formas de existir no mundo. Giacomini (2013) salienta que:

A questão da existência de uma “vida privada” ou de uma “vida familiar” se apresenta como uma contradição inerente à condição escrava. A noção de privacidade e de família refere-se a uma esfera própria que o escravo não possui por sua condição de “coisa”. Constituir-se em família, ter uma prole é algo inaceitável para aqueles que não possuem nem a si próprios! Livre para decidir sobre o conjunto da vida do escravo, os interesses do senhor parecem ter sido, muitas vezes, incompatíveis com a existência de uma “família escrava” no Brasil [...] na legislação ou nos projetos de lei

sobre a escravidão, nos momentos que se faz referência a relação entre escravos, eram utilizadas expressões “filho de mãe escrava”. (GIACOMINI, 2013, p.1).

Nascimento (2006) relata sobre as condições impostas para a subsistência da mulher negra, elucidando que desde o período escravagista, a manutenção das estruturas de poder criaram e possibilitaram a perpetuação de um lugar excludente dessas na participação societária e nos seus papéis. Já Gennari (2011) lembra que as pessoas africanas traficadas e vendidas como escravas ou peças, recebiam como comida uma ração para que não morressem de fome. Os navios eram superlotados e sabia-se que durante o processo de tráfico cerca de 25% dos escravos teriam como último fim a morte, porém esse sistema continuava a ser seguido, o que era, desumanamente, mais rentável.

Giacomini (2013) recorda que, reduzidas a um anúncio de jornal ou leilão, após o desembarque no Brasil, na maioria das vezes, os escravos eram expostos em praças públicas para serem comprados por aqueles que viam algum interesse. Para as mães que andavam com seus filhos e filhas, o preço era diferente, podendo ser mais valorizado, considerando o bom proveito das mulheres no período de aleitamento e que aquela criança poderia se tornar uma pessoa escravizada em pouco tempo, pagando mais barato pelo valor de duas pessoas escravas.

Segundo Roberto Navarro (2018), eram alocados em senzalas, nomenclatura dada aos alojamentos de pessoas escravizadas de um senhor ou uma família. Pequenas casas de madeiras eram abafadas e com forte odor, não havia janelas, comumente, o chão de terra era a cama para as mulheres e o fogo fornecia luz e aquecia os moradores. Atrás de cada senzala havia o que hoje se entende como fossa e espécies de barris cheios d'água, onde as pessoas se banhavam.

Na porta de suas novas habitações havia guardas armados para impedir as fugas e fazer o transporte das pessoas, e bem em frente existia o chamado pelourinho, onde eram expostas e castigadas. Dentre os castigos que as escravas eram submetidas não estavam só os episódios de agressões físicas. No Brasil, Silva (2018) esclarece que:

“Durante o período colonial, à população não branca, particularmente à população negra escravizada, foi-lhe negada a liberdade da expressão de suas emoções, de sua subjetividade afetiva e da oportunidade de constituir e manter laços e família.”
(SILVA, 2018, p.1)

Nesse cenário, Giacomini (2013) relata como se instituíram as relações sociais sob a diligência dos proprietários de escravos:

[...] Era o senhor que decidia sobre a possibilidade e qualidade da relação entre homem e mulher escrava, sobre se haveria ou não vida familiar, se casados ou concubinos seriam ou não separados, se conviveriam com os filhos e onde, como ou em que condições morreriam.

A ausência de informações a respeito de laços familiares entre escravos nos impede de analisar mais profundamente essas relações. Aprendemos, no entanto, essa ausência de referências como um dado significativo que somado a todo tipo de empecilho, inerente à condição de escravo-mercadoria (compra, venda, aluguel, transmissão e etc.) aponta a invisibilidade da família escrava (GIACOMINI, 2013, p.40).

Ainda no contexto das múltiplas violências, Ângela Davis (2016) retrata como mulheres escravas eram inerentemente vulneráveis a todas as formas de coerção sexual.

Enquanto as punições mais violentas impostas aos homens consistiam em açoitamentos e mutilações, as mulheres eram açoitadas, mutiladas e também estupradas. O estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na

condição de trabalhadoras. Os abusos especialmente infligidos a elas facilitavam a cruel exploração econômica de seu trabalho. As exigências dessa exploração levavam os proprietários da mão de obra escrava a deixar de lado suas atitudes sexistas ortodoxas, exceto quando seu objetivo era a repressão.” (DAVIS, 2016, p.20).

De mais a mais, certo é que o Brasil carrega em sua história grandes marcas do período escravocrata, que se expressam hoje pela reprodução do racismo na estrutura social que compreende como natural a subalternidade da população negra em nossa sociedade (Almeida, 2018).

Nesse sentido, a mulher negra, que é um elemento no qual se cristaliza a estrutura de dominação, como negra e como mulher, se vê, deste modo, ocupando os espaços e os papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. A “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. (RATTS, 2007, p. 104).

Os impactos do racismo na subjetividade das mulheres negras

Em uma primeira análise, Souza (2008) explora as complexidades na vida das mulheres negras na cidade de São Paulo. Através de entrevistas e pesquisas, Souza descobriu que essas mulheres enfrentam a solidão, tanto emocional quanto física, em suas vidas cotidianas. O que pode ser atribuído em parte ao preterimento que elas enfrentam por parte dos homens negros, que podem optar por se relacionar com mulheres brancas ou latinas.

A autora também explora as questões de subjetividade que afetam as mulheres negras em São Paulo. Ela descobriu que, por causa de sua posição marginalizada na sociedade, muitas vezes essas mulheres enfrentam sentimentos de inadequação e baixa autoestima. Isso pode ser explicado pelo fato de que são vistas como menos atraentes do que mulheres brancas ou latinas, o que pode levar à falta de atenção dos homens negros e a uma sensação de invisibilidade (SOUZA, 2008).

No entanto, ainda que considerando as dificuldades suportadas, a autora também aponta para a capacidade de adaptação e a força dessas mulheres. Ela descobriu que são as próprias mulheres negras que estão lutando por mudanças na sociedade e trabalhando para construir comunidades mais igualitárias. Ao destacar essas histórias de resistência e empoderamento, oferece uma visão importante da vida das mulheres negras em São Paulo e destaca a necessidade contínua de lutar contra o racismo e a discriminação (SOUZA, 2008).

Para Oliveira, Meneghel e Bernardes (2009), a forma como a sociedade as trata faz com que as mulheres negras sejam constantemente lembradas de que são diferentes e inferiores, o que pode levar a uma internalização do racismo e à construção de uma “subjetividade negra”. As mulheres negras são frequentemente excluídas dos espaços de poder e representatividade, robustecendo a sensação de marginalização e desvalorização. Esses processos podem gerar a uma construção da identidade baseada no sofrimento e na resistência, mas também na negação de si e na internalização de estereótipos racistas (OLIVEIRA; MENEGHEL; BERNARDES, 2009).

Gilliam et al. (1995) analisam como essas mulheres negociaram suas identidades e subjetividades no contexto da persistência do racismo e da discriminação. A experiência de ser uma mulher biracial no Brasil é complexa. Embora essas mulheres tenham sido historicamente idealizadas como símbolos da mistura racial e cultural do país, a realidade é que, cotidianamente, enfrentam discriminação e exclusão social. A "mulaticidade" é frequentemente associada ao sexo e ao erotismo, podendo criar estereótipos nocivos e a pressão para se conformar a esses papéis.

Além disso, o autor também destaca a importância da compreensão das experiências e identidades das mulheres mestiças no Brasil. Ao analisar como essas mulheres criam sua subjetividade e identidade, os autores oferecem insights valiosos sobre a complexidade da vida mestiça no país.

Em complemento, Oliveira et al. (2019) explora como essas mulheres redefinem sua relação com seus cabelos e a estética dominante, buscando se libertar das normas impostas pela sociedade. Ressaltam a importância da subjetividade na abordagem da transição capilar, enfatizando como as mulheres negras vivenciam esse processo de forma singular e como suas experiências podem ser afetadas por fatores como raça, gênero e classe. Aponta-se que a transição capilar é um processo político e subjetivo que envolve não apenas a transformação da aparência física, mas também a reafirmação da identidade e da autonomia das mulheres negras.

Desta maneira, as mulheres negras enfrentam desafios em diversas esferas da vida, incluindo a educação, o trabalho e a saúde. As histórias de resistência delas são frequentemente invisibilizadas pela sociedade e pelos meios de comunicação, o que contribui para a perpetuação da opressão. Contudo, elas são ativas em sua luta contra o racismo e o sexismo, buscando redefinir suas identidades e reivindicar seus direitos. É importante reconhecer a resistência de mulheres negras como uma forma de empoderamento e como uma estratégia para enfrentar as desigualdades estruturais na sociedade (MENEGHEL; RAMÃO, 2005).

Nessa perspectiva, Silva e Aquino (2015) afirmam que uma das principais maneiras com que o racismo afeta a subjetividade dessas mulheres é através da negação da sua humanidade e individualidade. As mulheres negras são vistas como um grupo homogêneo, em vez de serem reconhecidas como indivíduos únicos com suas próprias experiências e histórias. Essa negação de individualidade pode conduzir a uma sensação de invisibilidade e desvalorização, causando impactos negativos na autoestima e autoimagem das mulheres negras.

De igual modo, o racismo também contribui para uma constante invalidação das experiências da mulher negra. Suas opiniões, sentimentos e experiências são descartadas ou ignoradas, traduzindo-se em isolamento e falta de apoio. Isso pode ter impactos negativos na

saúde mental e emocional da mulher negra, despertando sentimentos de ansiedade, depressão e baixa autoestima. (RAMOS; BARROS-PLATIAU, 2013, p. 66) .

Esse cenário afeta diretamente a vida e a saúde mental das mulheres negras. Essas mulheres sofrem com uma estrutura racista e machista, que são interligadas e exercidas de forma interseccional, impactando na construção de suas identidades e subjetividades. Segundo Alves (2019), a violência simbólica racista limita a identidade da mulher negra a um estereótipo, sendo vista como inferior e sendo constantemente subjugada.

Dessa maneira, conforme análise feita por Werneck (2016) mulheres negras têm que enfrentar o racismo em diversas áreas da vida, como no mercado de trabalho, na educação, na saúde e nas relações afetivas. A falta de representatividade e de espaços de fala e discussão, faz com que essas mulheres se sintam invisibilizadas e sem voz. Em uma análise feita por Gilliam et al. (1995), a negociação da subjetividade da mulher negra é um processo complexo e muitas vezes conflituoso, que envolve a busca por reconhecimento e respeito.

Diante desses desafios, é necessário promover políticas públicas que promovam a igualdade racial e de gênero, e que valorizem a cultura e a história negra. Essas políticas devem ser baseadas em um enfoque interseccional, que considere as múltiplas dimensões da opressão e da violência sofrida pelas mulheres negras. De acordo com Jesus e Costa (2017), é preciso reconhecer o impacto do racismo na subjetividade das mulheres negras e promover ações efetivas para combater essa forma de violência.

Por isso, é fundamental que as mulheres negras sejam ouvidas e tenham espaço para expressar suas vivências e opiniões. A valorização da voz e da subjetividade dessas mulheres é um passo importante para a construção de uma sociedade mais justa.

A luta antirracista, por sua vez, tem como objetivo principal a luta contra a discriminação racial e a promoção da igualdade racial. Ela é essencial na construção de uma sociedade mais justa e equitativa, onde a subjetividade e a experiência das pessoas negras

sejam valorizadas e respeitadas.

Ao longo da história, a luta antirracista tem sido uma das principais formas de resistência das pessoas negras, desde os movimentos de libertação dos escravos até as lutas por direitos civis e igualdade racial. Esses movimentos têm sido necessários à construção da identidade e subjetividade da mulher negra, contribuindo para a valorização de sua história e cultura.

Ressalte-se, por oportuno, que a luta pela valorização da subjetividade da mulher negra ainda é uma batalha constante. Ainda há muitos obstáculos a serem enfrentados, como a falta de representatividade nas mídias, a violência de gênero e o racismo estrutural presente na sociedade.

Em relação à saúde mental, o racismo demonstra-se enquanto uma das causas de desenvolvimento de transtornos psicológicos como ansiedade, depressão e estresse pós-traumático. As mulheres negras, por vezes, experimentam uma sensação de desesperança e falta de perspectiva, corroborando para o desenvolvimento de comportamentos autodestrutivos.

Inegável, é, que elas enfrentam diversas barreiras para acessar a educação superior e muitas vezes são subestimadas e desencorajadas a seguir carreiras acadêmicas ou profissionais mais desafiadoras. Conduzindo a uma possível diminuição da autoestima e da autoconfiança, bem como à sensação de inadequação e insegurança em relação às próprias habilidades e capacidades. Como resultado, as mulheres negras comumente têm menos oportunidades de desenvolvimento e progresso na vida profissional (SANTOS, 2019).

O racismo também produz uma sensação de falta de pertencimento. As mulheres negras enfrentam situações em que são as únicas pessoas não brancas em um determinado ambiente, gerando desconforto e solidão, sendo importante destacar que o racismo tem impactos negativos não apenas na vida delas, mas na sociedade como um todo. Ao limitar as

oportunidades e restringir o acesso à educação e ao mercado de trabalho, o racismo impede o pleno desenvolvimento de indivíduos e da sociedade como um todo, tornando-se um obstáculo ao progresso e à justiça social (COLLINS, 2016).

Os impactos do racismo na construção dos afetos da mulher negra

Segundo (RIBEIRO, 2019) as pessoas negras são postas em conflitos a partir de sua condição racial desde a infância. A autora cita a vida escolar como um exemplo de estrutura que é culturalmente branca e, por isso, as pessoas negras passam a se questionar sobre o seu lugar nessa instituição e em outros espaços onde são localizadas como “diferentes” e apontadas como defeito, ou seja, o que predomina nesses espaços como modelo a ser seguido é a branquitude. Em sua obra a autora também destaca o apagamento de pessoas pretas que produziram conhecimentos para a educação, que não são mencionadas dentro do contexto escolar.

Desse modo, ela nomeia esse fenômeno de “epistemicídio” que é o apagamento sistemático de produções e saberes produzidos por grupos oprimidos. Observa - se que no contexto escolar é raro que se indiquem autores negros e principalmente mulheres negras como referência de estudos colocando em pauta o apagamento dessas pessoas, de locais de debates científicos, fazendo com que ocupem lugares de segregação com baixas chances de conquistarem espaços de ascensão no ambiente educacional colocando em prova a capacidade cognitiva dessas pessoas (RIBEIRO,2019,).

Nos estudos de psicanálise sobre como se constrói o amor, Santos et al. (2018) contextualizam que desde antes do nascimento o sujeito é tomado pelo desejo do Outro, pois seus pais imaginam como serão suas características físicas e como poderá ser sua vida no futuro a partir daquilo que desejam para o sujeito que está por vir, desejando que o mesmo realize seus desejos. A autora cita uma fala de LACAN (apud SANTOS, 2018) que diz que é

a partir dos significantes das noções do Outro é que se faz construir o sujeito de sua significação, dando ênfase que não há possibilidade de ser sujeito se não for através da relação com o Outro, pois assim se estabelece a constituição da subjetividade que torna-se possível através da alienação ao Outro não se mostrando mais separação entre o “eu e não eu”. SANTOS ET AL. (2018) concluem em sua pesquisa que o estudo sobre o amor a partir da psicanálise é importante, pois é a partir do amor que o sujeito se constitui, é por conta do amor que o sujeito adoce e pelo amor o sujeito se cura, pois o amor se faz uma via importante da experiência humana para tornar-se sujeito.

Baseado nessas informações constata-se que as pessoas negras encontram desafios para construir um olhar sobre o que de fato é o amor, pois desde a infância enfrentam desafios em relação a solidão, por não se fazerem presentes em espaços de representatividade, apagando possibilidades de identificação entre pessoas negras, impedindo que essas noções de significantes do Outro sejam alcançadas de forma homogênea por consequências da cultura e do racismo estrutural.

Sob outro ponto de vista, (PACHECO, 2003, p.20) diz que

[...] a interação entre os dois elementos permitiria a negociação e a construção dos significados pelas pessoas no relacionamento umas com as outras. As emoções, nesse sentido, são vistas como julgamentos (‘judgments’), isto é, como concepções socialmente construídas. É assim que a experiência emocional informaria sobre estrutura social, relações de poder, noções de corpo e outras formas culturais.

Souza (1983 Apud Fernandes 2018) aponta a escravidão como um processo que contribuiu para que o sujeito negro reprima muitos dos seus sentimentos e o levou a concluir que seria apropriado expressar vínculos solidários entre eles em situações que havia necessidade, tornando-se contido na espera de um momento “seguro”, quando

possível demonstrar sentimentos, pois controlar as emoções era uma forma de garantir sobrevivência e o amor seria um privilégio diante da luta pela sobrevivência.

Hoolks (1995 Apud Fernandes 2018) compartilha apontamentos da autora que ao fim da escravidão, os sujeitos negros deveriam estar tomados pelo desejo de experimentar relações de intimidade, compromisso e paixão, porém é provável que muitos estivessem despreparados para desenvolver a arte de amar, justificando talvez a razão pela qual muitos negros estabeleceram relações familiares pautadas na violência que experimentaram. Por isso, Souza (1983 Apud Fernandes 2018) enfatiza sobre a necessidade de (re)construir a emocionalidade do sujeito negro brasileiro (SOUZA 1983).

Fanon (2008), Souza (1983), Nogueira (1998) e Reis Filho (2005) concluem que o racismo é um fenômeno social que gera impactos na construção do sujeito negro na sociedade, pois é demarcado por acontecimentos de discriminação, preconceito e injúrias a cor de pele produzindo dificuldade de auto conhecimento e de identificação cultural, porém subsiste uma carga pejorativa a esses grupos com asserções de estereótipos que acompanham a cor de pele e caminham com a hipersexualização desses corpos.

Todavia, através da perspectiva interseccional considerando raça e gênero, Rodrigues e Chaves (2005), dizem que a desigualdade entre homens e mulheres faz parte da construção histórica da sociedade, mas ainda sim, a mulher negra é quem mais sofre com esse formato de desigualdades, pois, além de lutarem contra a falta de direitos por consequências do seu gênero, ainda é acrescentada a opressão pelas características físicas que demonstram sua negritude (FERNANDES 2018).

A autora busca relatos de mulheres negras em sua pesquisa para tirar conclusões e entendimentos sobre como o racismo atravessa as relações amorosas dessas mulheres e como essa solidão vai ao encontro delas apesar das suas diferenças. Esses relatos transitam sobre

“esse lugar” que a mulher negra ocupa socialmente, aquela que está sempre acessível para o sexo, mas em constante busca do amor.

Fernandes (2018) observa, por meio dos relatos, dois lados nos quais a afetividade destas mulheres se localizam, sendo um deles a demanda sexual como esse estereótipo social e historicamente construído relatando o ato sexual como algo casual, e o próprio sexo como forma de entrar em um relacionamento amoroso muitas vezes ocupando o “lugar” da amante e do corpo hipersexualizado.

Ao se identificarem como mulheres negras e se mostrarem como tal assumindo seus traços como, por exemplo o cabelo, essas mulheres encontram uma dificuldade ainda maior de se manterem em relacionamentos permanentes, portanto quanto mais “negras” essas mulheres se reconhecem e se assumem mais distantes elas ficam do “mercado amoroso” e cada vez mais naturalizadas no “mercado sexual” da hipersexualização de seus corpos, e de lugares subalternizados, enquanto as mulheres brancas fazem parte do “ideal” para se direcionar afeto e ocupam o lugar das que são consideradas para casar (FERNANDES 2018).

Em 2010 o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística) publicou uma pesquisa na qual comprova-se que a raça é um fator determinante nas escolhas amorosas da população. Constatou-se que 70% dos casamentos no país em 2010 são entre pessoas da mesma raça, sendo maior entre pessoas brancas 74,5%, pardos 68,5% e índios 65% relacionado a preservação dos grupos, mas entre mulheres e homens se destaca que mulheres negras têm maiores chances de se manterem solteiras e na categoria “celibato definitivo”, cujo significado é pessoas que nunca viveram com parceiro(a), entre as com idade acima de 50 anos elas são maioria , por isso as mulheres pretas foram as que menos se casaram.

Consideram-se fatores econômicos, educacionais e raciais para a escolha de um parceiro, os quais predominam para a miscigenação e a mobilidade social, (IBGE,2010) (PACHECO) confirma que:

Pode-se dizer que a escolha de alguém ou de algo não está fora dos limites daquilo que uma determinada cultura pensa e vivencia como sendo aceito ou não, mas, também, possibilita re-atualizações, ajustes, re-significações dos indivíduos. através das suas experiências afetivas e sociais. (2003, p.20)

Em sua pesquisa FERNANDES, (2018) também explica que como ação ao racismo o homem negro, principalmente os que conquistaram uma posição econômica/e ou social de privilegio, optam por casar com mulheres brancas loiras. Destacando que se por um lado, eles são inferiores a elas na questão racial, em contrapartida, elas são inferiores na ordem patriarcal de gênero, o que se configurou como soma, nessa relação, zero. “Transformaram se em iguais, nas suas diferenças, transformadas em desigualdades” (SAFFIOTI, 2004, p. 31).

A partir dos relatos das participantes que foram entrevistadas em sua pesquisa sobre como o racismo atravessa as relações amorosas de mulheres negras FERNANDES (2018) identifica informações que se encontram com a segunda via de possibilidade para a afetividade das mulheres negras que diz sobre terem passado por processos de solidão afetiva quando se reconhecem como negras, e mesmo para as que a negritude não foi ainda reconhecida, esse processo de solidão afetiva em algum momento se fez presente ao longo das experiências amorosas com seus parceiros. Essas participantes também apontam que essa solidão vivenciada não é por estarem sem parceiros, afirmando que mesmo estando em relacionamentos casuais ou relações assumidas, esse sentimento ainda sim existia.

Por isso, a autora acrescenta que se faz necessário compreender as experiências vividas pelas mulheres negras descritas a partir das entrevistadas destacando os sofrimentos psíquicos considerando os fatores de raça e gênero, pois se faz constante, é importante compreender “além de estar só, o sentir-se só”, pois segundo PACHECO, (2013, p. 38) “estar só depende de como estas relações sociais são processadas em contextos culturais

específicos e de como esses fatores são sentidos e percebidos pelos indivíduos que os vivenciam”.

Por outra perspectiva, Fernandes (2018) enfatiza que foi perceptível os efeitos psicossociais negativos e positivos do racismo presentes nas histórias de vida e que são sistematicamente enfrentados por cada uma das participantes. Negativos que vão desde a desvalorização de si, quando elas se questionam sobre serem dignas de amor até aos efeitos nocivos na saúde mental ao descreverem processos depressivos. Mas, sobretudo, os efeitos positivos como o movimento de resgate da própria história e do próprio amor.

O amor preto significa ter como referência a negritude, é se identificar no outro através das marcas de sofrimento que o racismo deixa. Por isso, escolher vivenciar um amor afrocentrado pode ser uma forma de se enfrentar o racismo e a solidão que pessoas negras sentem, principalmente as mulheres, é encontrar empatia, cumplicidade e identificação pois “é necessário borrar as cores do amor para que ele seja possível” (FERNANDES, 2018).

A atuação da psicologia na ressignificação dos impactos gerados pelo racismo

A Psicologia tem papel importante nos estudos e intervenções direcionados ao racismo por ser capaz de compreender aspectos psíquicos individuais e sociais das pessoas. Mas deve-se considerar que a história não se apresentou sempre assim. Por muito tempo, foi a ciência que contribuiu para a segregação de determinados grupos e colaborou com a ideia de “ privilégio branco”, pois seu exercício era destinado à "elite". Em seu surgimento como prática, a psicologia clínica era acessada por pessoas de classe média e alta.

Com isso, percebe-se que a psicologia também trouxe uma narrativa que reafirma o racismo e a discriminação racial dentro das suas práticas. Segundo Oliveira:

A psicologia não atua, somente nos consultórios, nas modalidades de atendimentos individuais e grupais. Ela é coletiva, ao menos deveria ser. Dessa forma, se aplica na promoção, prevenção e reabilitação na esfera psíquica do ser humano. Portanto nas esferas social, econômica, política, cultural, biológica. Neste sentido não devemos pensar o indivíduo partido, mas sim como integral, considerando sua história completa. (2017, p. 175)

A Psicologia Social é uma área da ciência que busca entender o comportamento dos indivíduos influenciados pelo meio social, desenvolvendo estudos acerca da interação humana iniciada antes mesmo do nascimento das pessoas. Com isso, busca compreender os formatos de família, convivência entre pares, ambiente de trabalho e atividades realizadas no dia a dia (LIMA APUD LANE, 1981/2020, p.94).

Em sua construção histórica como ciência psicológica, foi atravessada e construída através de um saber colonizador e norteado para a dominação, (DAMASCENO, 2018; ZANELLO, 2018), pois o campo de estudos científicos pode servir além de seu objetivo principal que é o da busca do conhecimento e compreensão de fenômenos, também como mantenedora de interesses de classes ou de argumento que contribuem para a segregar e subalternizar grupos minoritários. Isso se dá principalmente no Brasil em que as teorias racistas se instalaram e se tornaram cômodas e são semeadas pela alta sociedade esclarecida e produtora de conhecimento, mas que é estimulada ideologicamente descumprindo o que é científico.

Esse fato refere-se ao avanço do preconceito racial no Brasil que terá provável impacto na demanda de atendimento psicológico de pessoas vítimas do racismo, tornando importante considerar as relações raciais pelo campo de estudo e atuação da psicologia (DAMASCENO, 2018, p. 457 APUD MASIERO, 2005, p. 205).

Mayorga et. all enfatizam que são necessárias:

As críticas à psicologização da realidade, aos olhares dicotomizados sobre os sujeitos, aos parâmetros de normalidade, saúde e desenvolvimento cognitivo, moral e intelectual oriundos de diversas perspectivas psi são fundamentais para caracterizarmos esse movimento crítico na psicologia. (MAYORGA ET AL, 2022, p.2)

Por isso, desenvolver estudos sobre raça e racismo embasados no positivismo lógico podem apresentar mapeamentos e descrições sobre a quantidade de negros, negras, indígenas, orientais, etc., seu perfil de moradia, educação, trabalho, índices de violência. Estudos articulados com o materialismo histórico e dialético podem incorporar a noção de racismo estrutural e da divisão racial do trabalho, até correntes pós-estruturalistas poderão dialogar com a noção de raça, com intuito de desconstruí-la e apontar os efeitos de dominação racista que tal categoria estaria difundindo. (MOYORGA ET AL, 2022, p.3).

Essas noções fazem compreender o quanto é necessário que a psicologia se movimente além de somente discutir as questões raciais, isso se torna insuficiente para ser uma ciência antirracista, é preciso ir além, criticar a “branquitude” para desconstrução dessa figura como ideal a ser seguido e exemplificado na sociedade. É essencial essa discussão para desaprisionar e ressignificar esse fenômeno estruturante que atravessam toda uma sociedade, seja pessoas negras, brancas, indígenas, orientais etc., (MAYORGA ET AL, 2022 APUD CARNEIRO, 2011) e refletem sobre esse ser o papel mais estratégico do psicólogo nesse contexto.

Esse exercício é de fundamental importância para a psicologia e nos coloca um paradoxo importante: somos uma ciência que constitutivamente toma a branquitude como ideal de ego, reproduzindo teorizações racistas, e que quer promover um giro antirracista.

Quais ferramentas devemos usar para tanto? Produções em psicologia em diversos contextos estão buscando responder e mais do que isso, experimentar o giro. (MOYORGA ET AL, 2022, p. 3/4). Portanto, os autores enfatizam que:

[...] não basta uma metodologia inovadora, ou teorias que nos ajudem a fazer leituras críticas de como o poder opera nas subjetividades. É fundamental que a posição política antirracista esteja presente. Tal exercício é complexo e exige a reflexividade permanente. Quais os efeitos racistas de nossos estudos? Quais os efeitos emancipatórios e antirracistas nossas teorias podem produzir? É fundamental que sigamos na construção dessas respostas. (MOYORGA ET AL, 2022, p.4)

À vista do exposto, a Psicologia tem um papel fundamental na ressignificação dos impactos gerados pelo racismo, que é uma forma de discriminação que afeta a subjetividade, a saúde mental e a formação acadêmica e profissional dessas pessoas. Por isso, é importante que a Psicologia esteja presente na luta contra o racismo, oferecendo ferramentas e estratégias para lidar com as consequências psicológicas e emocionais dessas situações.

É preciso reconhecer que o racismo é uma realidade presente na sociedade e que suas consequências afetam a vida das pessoas negras de diversas maneiras, por isso a psicologia pode ajudar a ressignificar esses impactos e promover uma maior conscientização e sensibilização em relação às questões raciais (ALBANO, 2020). Este debate, segundo Albano (2020), é uma importante contribuição para o campo da Psicologia e para o debate sobre as questões raciais na sociedade brasileira. Por meio de uma abordagem crítica e reflexiva, o autor mostra como o racismo afeta a subjetividade das pessoas negras e como é possível trabalhar para ressignificar esses impactos e promover uma sociedade mais justa e igualitária.

Corroborando a essa análise, Zamora (2012) argumenta que a psicologia também tem um papel importante na compreensão dos efeitos psicológicos do racismo na subjetividade dos indivíduos. Ela destaca que o racismo, nas raras vezes, conduz a sentimentos de inferioridade, baixa autoestima, ansiedade e depressão, afetando a saúde mental e a qualidade de vida das pessoas não brancas e destaca duas abordagens que podem ser ressaltadas nesse papel.

A primeira seria na contribuição para a luta contra o racismo, através do desenvolvimento de pesquisas que apontem as consequências do racismo na vida dos indivíduos e da sociedade em geral, colaborando para a construção de políticas públicas que visem à promoção da igualdade racial e à superação do racismo. Noutra giro, a segunda seria na promoção de uma identidade positiva das pessoas não brancas, através do fortalecimento da autoestima e da autoimagem, da valorização da diversidade étnica e cultural e da desconstrução de estereótipos e preconceitos raciais (ZAMORA, 2012).

De mais a mais, Pereira (2012) contribui, informando que uma das abordagens a serem utilizadas é a terapia narrativa, que valoriza a experiência do sujeito e busca ressignificar as histórias de vida marcadas pelo racismo, podendo atuar em parceria com outras áreas, como a educação, para promover a inclusão e valorização da cultura afro-brasileira nas escolas. Outra possibilidade de intervenção apresentada é por meio do suporte psicológico em grupos, que possibilitam a troca de experiências e a construção de redes de apoio. Nesses grupos, a psicologia pode atuar de forma preventiva, buscando evitar que os impactos do racismo afetem a saúde mental das mulheres negras (CRUZ; RICCI, 2020).

O suporte psicológico em grupos de mulheres negras também pode se estender a intervenções coletivas mais amplas, como campanhas de conscientização sobre o racismo e a promoção da autoestima e auto aceitação. É importante que essas iniciativas sejam voltadas

para a valorização da identidade e das vivências das mulheres negras, combatendo estereótipos e preconceitos que historicamente marginalizaram essas mulheres (COSTA et al,2022), pois a resiliência em mulheres negras está fortemente relacionada à transmissão psíquica e aos pertencimentos, isso significa que as mulheres negras que conseguem lidar com o racismo e outras adversidades têm uma rede de apoio forte e positiva, que inclui a família, os amigos, a comunidade e as organizações sociais. Além disso, elas são capazes de construir um senso de identidade positiva e forte, que lhes permite enfrentar as dificuldades com mais resiliência (PRESTES, 2013).

Benedito (2018), demonstra como as teorias psicológicas têm sido influenciadas pelo racismo e como isso afeta a prática clínica e a terapia com pessoas negras. A psicologia, historicamente, tem sido uma disciplina dominada por pessoas brancas e privilegiadas, o que resultou em uma falta de compreensão sobre as questões raciais e uma tendência de reproduzir os estereótipos e preconceitos contra pessoas negras.

Isso se reflete em diversas teorias psicológicas, que muitas vezes ignoram as experiências das pessoas negras e as suas particularidades culturais. Benedito (2018), traz a ideia de que a psicologia tem um papel de destaque a desempenhar na luta contra o racismo e na promoção da igualdade racial. Para isso, é necessário que a psicologia reconheça suas próprias limitações e busque ampliar sua compreensão sobre as questões raciais, incorporando a perspectiva das pessoas negras em sua teoria e prática clínica.

É de grande valia ressaltar que, no Código de Ética do Psicólogo, o qual regulamenta as normas da prática da profissão, são estabelecidas normas de atuação para os profissionais da área em relação ao preconceito e discriminação racial que constam na RESOLUÇÃO CFP N.º 018/2002. Assim, imprescindível compreender que:

[...] a história não é estática, pelo contrário, está em constante movimento e transforma-se qualitativamente ao longo dos anos. Desse modo, o cuidado apresentado pela Psicologia Social é entender como o homem se introduz na história, bem como tornar-se agente desta, influencia e é transformado por ela (LANE, 1981 apud LIMA et al, 2020 p.95).

Conclusão

À vista do exposto, enfatiza-se que o racismo impacta na construção do amor nas relações estabelecidas por mulheres negras, que vivenciam esse fenômeno desde o período escravista. As condições que foram postas a essas mulheres contribuíram para a manutenção de poder e a subalternidade de seus corpos direcionando-as a um "lugar" excludente, via de consequência, tornando seus sentimentos passíveis de relativização, corroborando à sua invalidação e repressão.

Verdadeiramente, as consequências dessa questão refletem ainda nos dias atuais, impactando diretamente a construção da subjetividade das mulheres negras. Por conseguinte, influi também na reverberação dos estereótipos a elas direcionados, o que, indubitavelmente, torna complexo o processo de auto aceitação e reconhecimento positivo de sua identidade.

Ato contínuo, a falta de representatividade no mercado de trabalho, em espaços de destaque, no ambiente acadêmico, nas mídias e na cultura, reforça o papel de subordinação desse grupo. A bem da verdade, esse nicho torna-se mais uma das vertentes que contribuem para que a história do apagamento das pessoas negras continue, década a década, se reiterando de maneira consistente.

Resta demonstrado que as mulheres negras, com frequência, enfrentam desafios em relação a sua cor de pele, seus traços que demonstram fisicamente sua negritude - como o cabelo crespo ou cacheado, formato do nariz e boca. Essas questões causam conflitos na

autoestima dessas mulheres e dificuldades para inserção em relações amorosas, uma vez que suas feições fogem ao padrão socialmente valorizado, notadamente o da branquitude.

Além disso, também foi possível refletir sobre a diferença entre os "lugares" que mulheres negras e não negras ocupam. Observa-se, pois, que mulheres brancas são aquelas que despertam desejo, sendo dignas de receber afeto e serem desposadas, já que a elas é atribuída a docilidade. Por outro lado, mulheres negras ainda têm sido objetificadas, hipersexualizadas, violentadas e são as que menos se casam no Brasil.

Conclui-se, portanto, que o racismo estrutural contribui para que mulheres negras tenham suas subjetividades impactadas, seus vínculos amorosos e sua saúde mental negativamente afetadas, causando sofrimento psíquico e sentimentos de solidão. Diante disso, torna-se necessária e fundamental a presença da Psicologia, como profissão que atua em favor dos direitos humanos, para promoção de saúde e bem estar da população, atuando também em favor das pessoas negras, se comprometendo em robustecer a luta antirracista e mostrar-se engajada no que se diz respeito às práticas e técnicas que considerem o sujeito em sua totalidade.

Assim sendo, as vivências de sofrimento sugestionam o caráter imperioso da continuidade do trabalho em prol da desconstrução dessa estrutura de opressão e fortalecimento das angústias suportadas por essa população. É necessário, portanto, o compromisso em avanços e estudos sobre a abordada temática, com fim de cooperar para o enfraquecimento das raízes que continuam a remontar, no mundo hodierno, lastros impregnados do perverso racismo estrutural.

Referências

ALLOUCH, J.(2010) **O Amor Lacan**.Rio de Janeiro: Companhia de Freud..

ALMEIDA, Silvio. (2018). **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen.

AQUINO, M. A.; SANTANA, S. R. de; SANTANA, L. K. R. de; SILVA JÚNIOR, J. F. da.

Temas sobre o/a negro/a: uma análise da produção de conhecimento no curriculum lattes.

Revista da ABPN, v. 5, n. 9, p. 172-187, nov. 2012-fev. 2013,. Disponível em: . Acesso em: 17 dez. 2015

ARAÚJO, M. F. **Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação.** Psicologia para América Latina, (14), 2008.

COSTA, Jurandir Freire. **Violência e Psicanálise.** Rio de Janeiro: Edições Graal,

1984. DAVIS, Angela Yvone. (2016). **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo.

BARRETO, Robenilson e col. (2018, p 1-10)). **Considerações psicanalíticas sobre preconceito racial: um estudo de caso.** Psychoanalytic considerations on racial prejudice: a case study. 1. Belo Horizonte.

BELO, F. (2018). **Psicanálise e racismo: interpretações a partir de Quarto de Despejo.**

Belo Horizonte, MG: Relicário.

BENEDITO, M. de S. (2018). **A relação entre Psicologia e Racismo:** as heranças da clínica psicológica, São Paulo. Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

BRAGA, A. (2018). **Pelas trilhas de Virgínia Bicudo: psicanálise e relações raciais em São Paulo.** Revista Lacuna, São Paulo. Disponível em:

<http://psicanalisedemocracia.com.br/2018/01/>.>Acesso em:15.jun.2023

COLLINS, P. H. (2016). **Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro.** In Revista Sociedade e Estado, v. 31, n. 1. Recuperado em 10 dezembro, 2018, de <https://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf>, 99-127.

FERNANDES, Florestan. (2018). **Significado do Protesto Negro.** São Paulo:

Expressão Popular coedição Editora da Fundação Perseu Abramo.

FERREIRA-LEMONS, PP. **Sujeito na psicanálise: o ato de resposta à ordem social.**

In: SPINK, MJP.

FERREIRA, N. P. **A Teoria do Amor.**Rio de Janeiro: Jorge Zahar,

2004. (Psicanálise Passo-a-Passo, v. 38).

FREUD, S. (1921). **Psicologia das massas e análise do Eu.** In P. C. Souza, Obras completas, vol. 15. São Paulo: Companhia das Letras.

GILLIAM, Angela et al. Negociando a subjetividade de mulata no Brasil. Revista Estudos Feministas, v. 3, n. 2, p. 525-525, 1995.

GENNARI, Emilio. (2011). **Em busca da liberdade:** traços das lutas escravas no Brasil. São Paulo: Editora Popular.

GIACOMINI, Sonia Maria. **Mulher e Escrava:** uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil. Petrópolis – RJ: Editora Vozes,2013.-1ª ed. – Curitiba: Apprls.

2013. GIACOMINI, Sonia Maria. MULHER E ESCRAVA: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil/ Sonia Maria Giacomini GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** Revista Ciências Sociais Hoje, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

HOOKS, bell. Vivendo de amor. In: Werneck, J. (p. 218–229, 2022.). **O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe.** Rio de Janeiro: Pallas: Criola, 2000.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2010). Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

JESUS, Laís Gonçalves; COSTA, Mônica Rodrigues. Impactos do racismo na subjetividade de indivíduos negros. SER Social, v. 19, n. 41, p. 314-335, 2017.

MAYORGA, CASTRO, LINO. (2022) **Psicologia, Racismo e Antirracismo:** segunda parte. Quardens de psicologia. vol. 24, nº1 e 1932. São Paulo.

MENEGHEL, Stela N.; CAMARGO, Márcia; FASOLO, Lúcia. (2005) “**Mulheres cuidando de mulheres:** um estudo da Casa de Apoio Viva Maria”. Cadernos de Saúde Pública, v. 16, n. 2, p. 109-118.

MORAES, Camila De Freitas *et al.*(2022) MEU CABELO NÃO É DURO: UMA ANÁLISE

DECOLONIAL SOBRE O RACISMO ENQUANTO PRODUÇÃO DE VIOLÊNCIA., **Raça,**
etnia e gênero: questões do tempo presente.

NAVARRO, Roberto. **Como era uma senzala?** (2018). Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/como-era-uma-senzala>. > Acesso em:

02.jun.2023 NASCIMENTO, B .**A mulher negra e o amor**. In: RATTTS, A. (2006). *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. Instituto Kuanza; Imprensa Oficial: São Paulo, pp.126-129.

NOGUEIRA, I. B. (2017). **Cor e inconsciente**. In N. Kon, M. Silva & C. Abud (Orgs.), *Racismo e o negro no Brasil*. São Paulo: Perspectiva.

OLIVEIRA, Daiane e col, (2018, 1-19). **MULHERES NEGRAS, RACISMO ESTRUTURAL E RESISTÊNCIAS**,1 VITÓRIA-ES..

OLIVEIRA, M. L. P., Meneghel, S. N., & Bernades, J. S. (2009). **Modos de subjetivação de mulheres negras: efeitos da discriminação racial**. *Psicologia & Sociedade*, 21(2),

266-274 PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **Raça, gênero e escolhas afetivas: uma abordagem preliminar sobre solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia**. Temáticas,

Campinas, 11(21/22): 11-48, jan./dez.2003. pp.11-48.

_____ (2008. 317 p). **“Branca para casar, mulata para “F” e negra para trabalhar”**: Escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

_____. **Mulher negra: afetividade e solidão**. ÉDUFBA: Salvador, 2013.

PATEMAN, C. (1993). **O Contrato Sexual**. Tradução de Marta Avancini. Paz e Terra: São Paulo.

PEREIRA, A. D. (2012). **A revolução sul-africana: classe ou raça, revolução social ou libertação nacional?** São Paulo: Editora UNESP.

PINHEIRO, Imaíra de Almeida da Silva; GUIMARÃES Cassius Chai.. **As relações entre**

racismo e sexismo e o direito à saúde mental da mulher negra brasileira. Revista de Políticas Públicas, 22, 987-1006, 2018. Acesso em: 25 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321158844050>

RIBEIRO, Djamila R., **Pequeno Manual Antirracista**, 1ª Edição, São Paulo - SP: Companhia das Letras, 6 de novembro de 2019.

RIBEIRO, Emanuele **Psicologia, racismo e saúde mental: formas de intervenção no trabalho do psicólogo.** Odeere: Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB. Ano 2017, Volume 2, número 4, Julho – Dezembro de 2017.. Disponível em: periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/2361/2266.

Acesso em: <02.jun.2023.

SCHUMAN; NUNES e COSTA.(2015).**A Psicologia da Universidade de São Paulo e as relações raciais: perspectivas emergentes.** Revista SciELO - Scientific Electronic Library Online. Jan-apri, 2017. São Paulo. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/pusp/a/3jFkh5GdtSrJVrRjMzFpDBz/?lang=pt>> Acesso em: 16 jun,2023.

SAFFIOTI, Heleieth. (2004). **Gênero, Patriarcado, Violência.** São Paulo. Perseu abramo.

SENA, Carolina e col. (2017) **Da senzala ao cárcere: a mulher negra e o sistema prisional.** ROM SLAVE HOUSE TO JAIL: THE BLACK WOMAN AND THE PRISON SYSTEM. 1,

Caxias Do Sul, 2017. 1-14.

SILVA, Amanda Raquel da.(2018. 17 p.) **A Cor da Relação: corpo e afetividade de mulheres negras em Natal/RN.** Associação Brasileira de Antropologia -ABA.

Disponível em: <http://www.evento.abant.org.br/>. Acesso em: Nov. 2021

SILVA, M. L (2017). **Racismo no Brasil: questões para psicanalistas brasileiros.** In N. Kon, M. Silva & C. Abud (Orgs.), Racismo e o negro no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2017. SOUZA C. A. da S. (2008) **A solidão da mulher negra: sua subjetividade e seu**

preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo. 2008. 174 f. Dissertação

(Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SOUZA, E. P. (1995) **Mulher negra: sua sexualidade e seus mitos.** In: QUINTAS, F.

(coord.) Mulher Negra: preconceito, sexualidade e imaginário. Instituto de Pesquisas Sociais – INPSO / Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ; Recife.

SOUZA, Maria Rodrigues e col. **A discriminação da mulher negra no mercado de trabalho à luz do princípio da igualdade.** 1. Belo Horizonte, 2013, 1-20.

SOUZA, N.S. (1983). **Tornar-se negro:** As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Graal.

WERNECK, Jurema. (2016). **Racismo institucional e saúde da população negra.** Saúde & Sociedade, São Paulo, v. 25, n. 3.